

• Política

Alc 05

CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

18 NOV 1987

“Centrão” consegue mudar cronograma da nova Carta

por Andrew Greenlees de Brasília

A Comissão de Sistematização da Constituinte completou ontem à noite, após mais de um mês de trabalhos, a votação do projeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O texto será enviado agora ao plenário da Constituinte, fase final do processo, do qual participam todos os 559 deputados e senadores. O funcionamento do plenário deveria começar em seguida à Sistematização, mas o surgimento do chamado “Centrão” levou a mudanças no cronograma. O projeto do grupo prevê a possibilidade de se apresentar emendas alternativas a títulos e capítulos do Projeto Cabral.

Segundo o presidente interino da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), o plenário da Constituinte deverá reunir-se na próxima terça-feira para votar o projeto do “Centrão”. Aprovado, co-

meça o prazo de três dias para a apresentação de novas emendas. Previsões que circulam no Congresso indicam que o texto, o Cabral 3, estaria pronto para ir à votação no dia 9 de dezembro. Deverá haver recesso parlamentar entre os dias 20 de dezembro e 3 de janeiro.

Deputados ligados a Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, informam que, para negociar com o “Centrão”, ele pretende propor um limite de três emendas a serem apresentadas por deputado e senador, além de permitir que cada conjunto de 187 constituintes (um terço da Casa) subscrisse uma emenda substitutiva de trechos até capítulos, impedindo as emendas para títulos inteiros como quer o “Centrão”.

Na fase de conclusão dos trabalhos, serão necessários pelo menos 280 votos, a maioria da Constituinte, para modificar o texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Congresso vai fazer auditoria da dívida

por Andrew Greenlees de Brasília

Promulgada a nova Constituição brasileira, o Congresso Nacional constituirá uma comissão mista, com a participação de deputados e senadores, para realizar um “exame analítico pericial” das operações que levaram à formação da dívida externa do País, incluindo as de iniciativa de instituições públicas e privadas. A proposta, de autoria do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), foi aprovada por 58 votos a 29 na Comissão de Sistematização da Constituinte e será enviada agora ao plenário.

A emenda, acolhida no capítulo das disposições transitórias, determina que a comissão mista terá prazo de um ano para concluir sua auditoria da dívida externa, com “força legal de Comissão Parlamentar de Inquérito”. Assim, seus membros poderão requerer informações aos órgãos envolvidos e convocar pessoas para prestar depoimentos. O dispositivo prevê ainda o auxílio do Tribu-

nal de Contas da União (TCU) à comissão do Congresso.

Pelo texto de Zanetti, caso sejam constatadas irregularidades nas operações que levaram ao endividamento, o Congresso Nacional declarará a nulidade dos respectivos atos e encaminhará os resultados da auditoria do Ministério Público Federal. Nesta instância, haverá prazo de sessenta dias para que seja proposta ação penal.

No início dos trabalhos constitucionais, o deputado gaúcho já havia apresentado proposta de auditoria na forma de projeto de decisão. O debate do assunto na Sistematização acabou gerando o primeiro tumulto da Constituinte, com ameaças de agressão física entre os parlamentares. Por fim, sob os protestos dos defensores da medida, o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), arquivou o projeto. Ontem, a mesma Comissão aprovou a auditoria, que somente poderá ser suspensa no caso de 280 membros do plenário votarem contra.

Vendas de terras públicas sofrerão uma revisão

por Andrew Greenlees de Brasília

A questão agrária centralizou ontem, novamente, os trabalhos da Comissão de Sistematização da Constituinte. Por 54 votos a 28, foi aprovada emenda do deputado Plínio de Arruda Sampaio, do PT de São Paulo, criando uma comissão mista do Congresso Nacional (deputados e senadores) para rever, num prazo de três anos, “todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987”. Conforme cálculos do autor da proposta, a ação atinge cerca de 30 milhões de hectares em todo o País.

Segundo Plínio de Arruda Sampaio, cabe ao Congresso analisar possíveis irregularidades nas operações com terras públicas nos últimos 25 anos. Na justificativa de sua emenda, o deputado diz que a política em relação ao setor contribuiu para a concentração de propriedade e conflitos no campo. Contra a proposta, argumentou o deputado

Aloysio Chaves (PFL-PA), afirmando que as assembleias legislativas dos estados e o Senado Federal, por lei, devem se pronunciar sobre a alienação de terras com área superior a 3 mil hectares e uma revisão serviria apenas para levar a instabilidade a “projetos em expansão ou já consolidados, sem facilitar a reforma agrária”.

Pela emenda do deputado do PT, nos casos em que a comissão do Congresso identificar irregularidades, as terras serão revertidas à União e o proprietário terá indenização em dinheiro para as benfeitorias. A revisão, conforme o texto, se dará com critérios de legalidade e, nos casos de concessão e doação, também levando-se em conta “a conveniência do interesse público”.

BANCO CENTRAL

Por 54 votos a 35, a Sistematização aprovou emenda do deputado José Lins (PFL-CE) suprimindo o artigo que transferia ao Tesouro Nacional os recursos públicos destinados a operações de crédito de fomento. Dessa forma, o Banco Central continuará a gerir essas verbas.

O fim da primeira etapa

Entre 80 e 90% da nova Constituição já está pronta. E a estimativa de alguns destacados integrantes da Comissão de Sistematização, que encerrou ontem os seus trabalhos. O relator Bernardo Cabral acredita que durante a fase de plenário vão ser feitas algumas correções no texto aprovado pela Comissão. Mas entende que a maior parte do trabalho está feita. E bem feita.

“Acho que nenhum constituinte está tendo a Constituição dos seus anseios. Mas cada um deles está recebendo um texto que representa a sociedade brasileira, através dos seus representantes. Aquilo que no primeiro anteprojeto era um texto sem um fio condutor filosófico, acabou se transformando, agora, no resultado amadurecido do que pensa a maioria dos membros da Comissão de

Sistematização. Até porque, na Comissão ou no plenário, nenhuma facção, segmento ou partido político, isoladamente, vai impor um texto constitucional”, disse Cabral, conforme apurou a EBN.

Bernardo Cabral chama atenção para um aspecto que ele considera inovador: esta Constituinte não está sendo marcada pelo trabalho de nenhum grande jurista. A contribuição, diz ele, é de todos. Por isso, acredita que o texto tem condições de ser mais duradouro.

DIÁLOGO NA POLÔNIA —

A liderança do Partido Comunista Polonês, num gesto de reconciliação nacional, está disposta a dialogar com membros moderados do proscrito sindicato Solidariedade, informou a agência oficial de notícias PAP.